



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 47, DE 2019

(nº 243/2019, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 243

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.

Os méritos do Senhor Luís Antonio Balduino Carneiro que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Brasília, 28 de Maio de 2019

Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o parágrafo único do artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

OFÍCIO Nº 197/2019/CC/PR

Brasília, 12 de junho de 2019.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO

CPF.: 344.083.041.15

ID.: 9057 MRE

1961 Filho de Sebastião Balduino de Souza e Carmelita Carneiro Balduino, nasce em 28 de dezembro

Dados Acadêmicos:

1986 Bacharel em diplomacia - IRBr
1987 Bacharel em economia - UnB
1990 Pós graduação em sociologia - UnB
2006 Curso de Altos Estudos - IRBr "O Sistema Global de Preferências Comerciais: Resultados e Perspectivas"

Cargos:

1986 Terceiro-secretário
1991 Segundo-secretário
1997 Primeiro-secretário
2003 Conselheiro
2007 Ministro de segunda classe
20140 Ministro de primeira classe

Funções:

1986-88 Departamento de Administração, assistente
1988-91 Divisão de Política Comercial, assistente
1991-94 Consulado-Geral em Genebra
1994-96 Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI
1996-98 Ministério da Fazenda, assessor
1998-2001 Embaixada em Washington
2001-03 Escritório de Representação da Cadeira do Brasil no Banco Mundial
2003-04 Divisão de Acesso aos Mercados, chefe
2004-07 Embaixada em Nova Delhi
2007-11 Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos
2011-15 Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços
2015-16 Ministério da Fazenda, secretário de assuntos internacionais
2016 Embaixada do Brasil em Bratislava

Condecorações:

2013 Ordre du Mérite Agricole, Chevalier, Governo da França (2013)
2017 Grã Cruz da Ordem de Rio Branco

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO

Diretor do departamento do serviço exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

COLÔMBIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Mai de 2019

DADOS BÁSICOS SOBRE A COLÔMBIA	
NOME OFICIAL	República da Colômbia
GENTÍLICO	colombiano
CAPITAL	Bogotá, Distrito Capital
ÁREA	1.141.748 km ²
POPULAÇÃO	49,29 milhões de habitantes
LÍNGUA OFICIAL	Espanhol
PRINCIPAIS RELIGIÕES	
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral, composto por 102 senadores e 166 deputados
CHEFE DE ESTADO E GOVERNO	Iván Duque Márquez (desde 07 de agosto de 2018)
CHANCELER	Carlos Holmes Trujillo García (desde 07 de agosto de 2018)
PIB (FMI, 2017)	US\$ 307,48 bilhões
PIB <i>per capita</i> (FMI, 2017)	US\$ 6.238
PIB PPP (FMI, 2017)	US\$ 712,54 bilhões
PIB PPP <i>per capita</i> (FMI, 2017)	US\$ 14.455
IDH (PNUD)	0,747 – 90º de 189 países
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD)	74 anos
ALFABETIZAÇÃO	98,6%
VARIAÇÃO PIB (FMI) (2019 est.)	3,5% (2019), 2,7% (2018), 1,8% (2017); 2,0% (2016); 3,1% (2015); 4,4% (2014)
UNIDADE MONETÁRIA	Peso colombiano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Darío Montoya Mejía
BRASILEIROS NO PAÍS	Há registro de 17.856 brasileiros residentes na Colômbia (fevereiro de 2019)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-COLÔMBIA (US\$ milhões, FOB) – (fonte: MDIC)									
Brasil – Colômbia	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2018
Intercâmbio	850	1.549	2.765	2.368	3.961	4.020	3.304	3.950	4.522
Exportação	751	1.412	2.338	1.801	2.577	2.558	2.115	2.508	2.805
Importação	98	137	426	567	1.384	1.462	1.189	1.442	1.717
Saldo	653	1.274	1.911	1.233	1.193	1.095	925	1.065	1.087

APRESENTAÇÃO

A Colômbia localiza-se ao norte da América do Sul e compartilha fronteiras com Brasil, Venezuela, Peru, Equador e Panamá. O país tem saída para o Caribe (Oceano Atlântico) e para o Oceano Pacífico.

Com cerca de 1 milhão km², é o quarto maior país da América do Sul. Sua extensão territorial assemelha-se à da região Sudeste do Brasil. A Colômbia é o segundo país mais populoso da América do Sul, com cerca de 49 milhões de habitantes. Sua população é formada, majoritariamente, por descendentes de espanhóis, africanos e indígenas.

O país iniciou seu processo de independência da Espanha em 1810 e, em 1886, adotou seu nome atual, República da Colômbia. Sua data da independência é celebrada no dia 20 de julho.

PERFIS BIOGRÁFICOS

IVÁN DUQUE PRESIDENTE DA REPÚBLICA



Iván Duque Márquez (Bogotá, 1976) é advogado, formado pela Universidade Sergio Arboleda, com mestrados em Finanças e Administração Pública, pela Georgetown University, e Direito Internacional, pela American University. Durante o governo de Andrés Pastrana, foi Registrador Nacional (autoridade eleitoral) e assessor do então ministro da Fazenda, Juan Manuel Santos. De 2001 a 2010, foi conselheiro principal da Colômbia na diretoria-executiva do BID. Foi consultor da presidência Uribe. Elegeu-se senador em 2014 pelo partido Centro Democrático, de centro-direita. Elegeu-se presidente em segundo turno com cerca de 54% dos votos, para mandato de 4 anos, iniciado em 7 de agosto de 2018.

MARTA LUCÍA RAMÍREZ BLANCO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA



Marta Lucía Ramírez Blanco (Bogotá, 1954) é advogada. Foi Ministra de Comércio Exterior (1998-2002) no governo do conservador Andrés Pastrana e Embaixadora da Colômbia na França (2002). Ministra da Defesa no Governo Uribe (2002-2003), criou a primeira escola de direitos humanos para as forças militares e impulsionou a ascensão de mulheres ao generalato. Em 2006, foi eleita Senadora pelo Partido da Unidade Nacional. Filiou-se ao Partido Conservador Colombiano em 2009 e foi candidata à presidência da República em 2014, quando obteve a terceira maior votação no primeiro turno. Crítica do presidente Juan Manuel Santos, Marta Ramírez fez campanha pelo "NO" no plebiscito relativo aos acordos de Havana com as FARC.

CARLOS HOLMES TRUJILLO
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



Carlos Holmes Trujillo García (Cartago, 1951) é advogado. Foi prefeito de Cali (1988-1990) e parlamentar constituinte em 1991 pelo Partido Liberal. Foi ministro da Educação (1992-1993), alto conselheiro para a Paz (1994-1995), representante permanente da Colômbia junto à OEA (1995-1997) e ministro do Interior (1997-1998). Foi embaixador em Viena (1998-1999), Moscou (1999-2001) e Estocolmo (2004-2006), bem como chefe da Missão colombiana ante a União Europeia (2006-2011). Em 2013, foi candidato a vice-presidente da República e, em 2018, um dos pré-candidatos do uribismo à sucessão presidencial.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre o Brasil e a Colômbia encontram-se em patamar elevado de entendimento e cooperação. Em 2018, foram realizadas visita presidencial, encontro ministerial e reunião de diálogo político militar (mecanismo 2+2), além de reunião para coordenação a respeito da crise migratória na Venezuela, da qual participaram ministros de Estado de ambos os países.

A vice-presidente colombiana, Marta Lucía Ramírez, representou seu país na cerimônia de posse do presidente Jair Bolsonaro. Em 24 de janeiro de 2019, os presidentes Bolsonaro e Duque mantiveram encontro à margem do Fórum Econômico Mundial, em Davos.

Comércio e economia

No âmbito econômico, existe grande potencial para ampliar os fluxos de comércio e investimentos entre Brasil e Colômbia. O comércio bilateral atingiu US\$ 4,53 bilhões em 2018, um aumento de 15% em relação a 2017.

O Acordo de Complementação Econômica Colômbia-MERCOSUL (ACE 72), assinado em 21/7/2017, incorporou o entendimento automotivo firmado em 2015 e ampliou a liberalização do comércio com a Colômbia para 97% da pauta tarifária.

Segundo a APEX-Brasil, a Colômbia é o segundo destino prioritário para a internacionalização de empresas brasileiras de pequeno e médio porte, perdendo somente para os Estados Unidos. Há 102 empresas brasileiras estabelecidas na Colômbia, em segmentos bastante diversificados.

O Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), assinado em 2015, já foi ratificado pelo Brasil e aguarda ratificação na Colômbia. Quando entrar em vigor, o ACFI contribuirá para a promoção do investimento e a geração de ambiente de negócios mais seguro aos investidores dos dois países.

Adicionalmente, foi assinado Acordo sobre Comércio de Serviços entre o MERCOSUL e a Colômbia, em julho de 2018.

A Colômbia é um dos poucos países sul-americanos com os quais o Brasil não tem acordo em vigor sobre dupla tributação (ADT). A Receita Federal do Brasil e a autoridade tributária colombiana seguem em tratativas a fim de suprir esta lacuna.

Segurança e Defesa

Dados os desafios inerentes a uma extensa fronteira amazônica (1642,5 km), de baixa densidade demográfica e majoritariamente pobre, Brasil e Colômbia têm buscado aprofundar o intercâmbio de informações de inteligência e compartilhar elementos logísticos para atuar de maneira mais eficiente no combate ao crime transnacional. Nesse sentido, os ministros da Defesa dos dois

países reuniram-se três vezes entre 2017 e 2018. Reuniões anuais da Comissão Binacional Fronteiriça (COMBIFRON) têm buscado facilitar a troca de experiências entre forças dos dois países no que tange às operações realizadas nos dois lados da fronteira.

Há entre Brasil e Colômbia um importante comércio de produtos de defesa. A Colômbia consta na lista de oito países prioritários identificados pela Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa e Segurança (ABIMDE) juntamente com a Apex-Brasil. Podem ser destacadas a aquisição pelas Forças Armadas Colombianas de 24 aeronaves Super Tucano A-29 (2006) e 12.000 foguetes Ar-Terra MK 66 (entre 2010 e 2012), além de munições diversas, enquanto o Exército e a Marinha do Brasil adquiriram lanchas LPR de patrulha fluvial (2014).

Segurança energética

O governo de Iván Duque reconhece que garantir a sustentabilidade da oferta de energia elétrica é essencial para o crescimento de longo prazo da economia colombiana, sendo necessário buscar a diversificação da matriz energética.

A construção de Hidroituango, maior projeto hidrelétrico da Colômbia, concebido para suprir 17% da demanda energética colombiana, sofrerá atraso de ao menos três anos, em virtude de colapso de uma galeria de desvio, em 28 de abril de 2018. A Autoridade Nacional de Licenciamento Ambiental colombiana formalizou, em fevereiro último, solicitação de cooperação técnica em Hidroituango. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) está em contato com os órgãos brasileiros pertinentes com vistas a identificar e mobilizar os especialistas necessários para o fortalecimento das capacidades técnicas e científicas requeridas para gerir a resposta às contingências do megaprojeto.

Foi anunciada, em fevereiro último, a decisão da Petrobras e da Ecopetrol de continuar as atividades de exploração no mar do Caribe colombiano, comprometendo-se a levar adiante Programa Exploratório Posterior (PEP), dividido em duas fases de dois anos cada, com perfuração de um poço exploratório em cada fase.

Apoio brasileiro ao processo de paz

O Brasil apoia o processo de paz colombiano por meio da cooperação em temas como agricultura e desminagem, essenciais para a Colômbia no pós-conflito.

A questão das minas antipessoais permanece tema sensível na agenda de consolidação da paz na Colômbia, em razão do número de acidentes (cerca de 11,6 mil casos desde 1990). Especialistas e membros do próprio governo reconhecem o desafio da Colômbia para cumprir a meta estipulada pela Convenção de Ottawa, no sentido de destruir todas as minas anti-pessoais antes de 1º de março de 2021. A colaboração brasileira em matéria de desminagem

humanitária permanece, portanto, uma relevante contribuição aos esforços colombianos de consolidação da paz. Desde 2006, o Brasil tem designado oficiais do Exército e da Marinha para colaborar em missões coordenadas bilateralmente ou por meio dos grupos de Monitores (GMI/OEA) e de Assessores Técnicos Interamericanos (GATI/OEA). Atualmente, 21 oficiais militares brasileiros encontram-se em missões de monitoramento, instrução e assessoramento em diversos pontos do território colombiano. Até o momento, mais de setenta oficiais brasileiros participaram de atividades de instrução e monitoramento.

A agricultura familiar tem sido vista como fator de relevância estratégica para o desenvolvimento econômico e social na Colômbia. Reveste-se de importância no contexto da política nacional de "Paz con Legalidad", concebida para estruturar as ações governamentais relacionadas aos compromissos assumidos no Acordo de Paz firmado com as FARC-EP.

Nesse contexto, entre 2015 e 2016 o governo brasileiro financiou projeto, em parceria com a FAO, que contribuiu para a criação de capacidades nacionais para compras públicas da agricultura familiar, bem como para a evolução do quadro normativo nessa área. Tendo em conta a exitosa iniciativa anterior, Brasil e Colômbia formularam nova proposta de cooperação trilateral, novamente com apoio da FAO. O documento de projeto país "Aprimoramento de Políticas Públicas para a Agricultura Camponesa, Familiar e Comunitária na Colômbia com Base em um Enfoque Agroecológico", aprovado por ambos os Ministérios da Agricultura, deverá ser assinado em breve.

Adicionalmente, foi encerrado com êxito, em dezembro de 2018, projeto de cooperação brasileiro para o desenvolvimento sustentável do setor algodoeiro da Colômbia.

O Brasil também atua como garante dos diálogos de paz entre o governo colombiano e o auto-denominado Exército de Libertação Nacional (ELN). Na esteira de atentado terrorista praticado pelo ELN no dia 17 de janeiro de 2019 contra a Escola de Polícia General Santander, em Bogotá, o presidente colombiano decidiu suspender a mesa de diálogo e reativar as ordens de captura dos integrantes da delegação negociadora do ELN. O governo brasileiro manifestou, por nota, apoio ao governo da Colômbia em sua determinação de levar à justiça os responsáveis pelo ato terrorista.

Cooperação fronteiriça

Brasil e Colômbia mantêm longo histórico de cooperação fronteiriça e vêm realizando anualmente reuniões da Comissão de Vizinhança e Integração, que teve início em 1994. A XX edição do encontro deverá ser convocada pelo Brasil em 2019. Constan da agenda da Comissão temas como cooperação em saúde, ordenamento pesqueiro, cooperação policial, capacitação institucional e temas ambientais.

Aproximação MERCOSUL-Aliança do Pacífico

A Aliança do Pacífico (AP) encaminhou convite, em abril, aos presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL, para que seja realizado um segundo encontro dos altos mandatários dos dois blocos, em 6 de julho, em Lima, no contexto da XIV Cúpula da AP. A perspectiva é avançar inicialmente em temas de facilitação do comércio, sobre que já há uma proposta de acordo-quadro sobre a mesa, apresentada pelo MERCOSUL em 2017.

POLÍTICA INTERNA

Iván Duque, do partido de direita Centro Democrático (CD), foi eleito em 17 de junho de 2018 com 54% dos votos no segundo turno. O novo mandatário contou com o apoio do ex-presidente Álvaro Uribe, seu correligionário, e dos tradicionais partidos Liberal e Conservador. Seu contendor, o senador de esquerda Gustavo Petro (Progresistas), obteve 42% dos votos. Segundo analistas, a eleição demarcou anseio por mudança no cenário político colombiano: à votação inédita para a esquerda somaram-se a juventude de Duque (42 anos) e o baixo desempenho dos partidos tradicionais na eleição majoritária.

Em seu discurso de posse de 07/08/2018, Duque usou tom conciliatório e conclamou a sociedade e a classe política a "pensar um país para todos". Afirmou que sua prioridade seria o combate ao narcotráfico (em 2017, foi registrado incremento de 11% nos cultivos ilícitos) e a demarcação de um "pacto pela Colômbia", que incluiria reforma fiscal, simplificação tributária e fomento às microempresas.

Segundo anunciado em campanha, o presidente eleito formou o primeiro gabinete com paridade de gênero da história do país. Dentre os titulares das pastas ministeriais, destacam-se Alberto Carrasquilla Barrera (Fazenda); Carlos Holmes Trujillo (Relações Exteriores); Guillermo Botero Nieto (Defesa); José Manuel Restrepo (Comércio, Indústria e Turismo); Gloria María Borrero (Justiça); Nancy Patricia Gutiérrez (Interior); María Fernanda Suárez (Minas e Energia); e María Victoria Angulo (Educação).

A eleição presidencial foi precedida de eleições legislativas realizadas em março de 2018, em que partidos mais à direita como o Centro Democrático e o "Cambio Radical" reforçaram seu número de assentos. O "Partido de la U", do então presidente Juan Manuel Santos, encolheu em cerca de 1/3 na Câmara e no Senado. O Centro Democrático conquistou a maior bancada no Senado e o Partido Liberal, na Câmara. Apesar de seu fraco desempenho nas eleições presidenciais, os partidos tradicionais elegeram as maiores bancadas legislativas e engajaram-se amplamente na campanha de Duque.

Um dos principais desafios à governabilidade de Duque é a relação com o Congresso. A composição essencialmente técnica do gabinete de ministros divide opiniões e fomenta a percepção de que aos partidos aliados teria sido relegada uma participação de "segunda categoria" nas decisões governamentais.

Ao problema vertebral da governabilidade, somam-se manifestações de insatisfação popular: greves lideradas pelo movimento estudantil, no final de 2018; o bloqueio de vias de acesso e transporte no sudoeste do país pelos

indígenas, em março do ano corrente; e a greve nacional e manifestações convocadas para o final de abril.

Os indicadores de aprovação ao governo do presidente Duque, após recuperação no primeiro bimestre do ano, impulsionada pela política de “tolerância zero” com atos terroristas perpetrados pelo ELN, voltaram a sofrer queda em abril. O índice atual de aprovação à sua gestão é de 29%.

Segurança e Defesa

Coerente com sua campanha eleitoral, Iván Duque conferiu particular ênfase à agenda de segurança pública e defesa. O presidente da Colômbia tem buscado prestigiar a atuação das Forças Armadas e mantém relação próxima com seu ministro da Defesa, Guillermo Botero. Nos últimos dez anos, houve substantiva redução no número de oficiais colombianos na ativa, bem como acentuada queda no orçamento destinado à aquisição, operação e manutenção de equipamentos.

O presidente Duque apresentou, em 7/2/2019, sua "Política e Defesa e Segurança para a Legalidade, Empreendimento e Equidade". Resultado de coordenação entre o Ministério da Defesa, as Forças Armadas e o Conselho de Segurança Nacional, o documento define as diretrizes para a atuação e emprego das forças militares e policiais para os próximos anos. Os Grupos Armados Organizados (GAO) figuram como os principais obstáculos à ordem e legalidade. O governo admite que os denominados GAO-residuais (dissidências das FARC-EP) superariam 3 mil integrantes. O Exército de Libertação Nacional (ELN), por sua vez, contaria atualmente com 4 mil membros.

Embora a Venezuela não seja mencionada de forma expressa em nenhum excerto do documento, o país vizinho figura como inescapável fonte de preocupação para as autoridades locais, em razão da instabilidade na fronteira, da crise migratória ou da tolerância do regime de Nicolás Maduro com a presença do ELN em seu território.

Pela primeira vez a água, a biodiversidade e o meio ambiente figuram como elementos da política de defesa e segurança. Desse modo, a força pública passa a dedicar atenção estruturada à ação deletéria do narcotráfico, à mineração ilegal e à deflorestação.

A nova política de segurança e defesa reconhece o vazio de institucionalidade em vastas porções do território nacional e traça como objetivo ação estatal que transcenda a mera presença militar, incorporando como elementos indissociáveis da segurança pública o desenvolvimento, o bem-estar social e a redução de desigualdades regionais.

Narcotráfico

Duque também ratificou sua disposição de endurecer as medidas de enfrentamento ao narcotráfico, corroborando discurso crítico sobre os resultados alcançados pelo presidente Juan Manuel Santos nessa matéria. Sublinha, em

particular, o fato de que as áreas cultivadas de folha de coca triplicaram nos últimos cinco anos, alcançando, em 2017, a cifra recorde de 171 mil hectares. Departamentos fronteiriços ao Equador e à Venezuela concentram metade do total de hectares.

A política nacional antidrogas de Duque tem esteio em dois elementos: i) intensificação de esforços de erradicação forçada de cultivos; e ii) recuperação do emprego das fumigações com glifosato.

Brasil e Colômbia coordenam-se sobre o assunto por meio da Comissão Mista em Matéria de Drogas e de mecanismos que trata de temas relacionados a ilícitos transnacionais, e da Comissão Binacional Fronteiriça (COMBIFRON).

FARC

Herdeiro da campanha pelo "Não" no plebiscito sobre o Acordo de Havana, Iván Duque prometeu, durante sua campanha eleitoral, "ajustes" nos Acordos com as FARC-EP. Entre as prioridades encontra-se a reforma da Jurisdição Especial para a Paz (JEP).

O governo Duque promete ação enérgica para evitar a expansão de grupos armados à margem da lei. Avalia-se que o principal desafio será calibrar a ação oficial para que o combate a essas ameaças não desencadeie nova espiral de violência.

Em paralelo, é crescente a preocupação com a segurança física dos desmobilizados. A Missão de Verificação das Nações Unidas na Colômbia estima que 99 ex-integrantes das FARC-EP teriam sido assassinados desde a assinatura dos acordos. Nos territórios anteriormente ocupados pela guerrilha, onde segue esparsa a presença do Estado, também os defensores de direitos humanos são alvo de violência: contabilizam-se 226 defensores de direitos humanos assassinados.

ELN

Brasil, Chile, Cuba, Noruega e Venezuela são países garantes das negociações entre Bogotá e o ELN. As tratativas ocorreram no Equador até abril passado, quando, após o sequestro e assassinato de três jornalistas equatorianos na fronteira com a Colômbia - crime reivindicado por frente dissidente das FARC -, o presidente Lenín Moreno anunciou que seu país abdicava da condição de garante e sede do processo. A decisão deslocou as negociações com o ELN para Havana.

Desde sua posse, Iván Duque adotou discurso rigoroso sobre suas condições para dar seguimento à mesa de negociações: a libertação dos sequestrados e a suspensão imediata de todas as atividades criminosas pela guerrilha. Em setembro último, Duque exonerou os delegados governamentais responsáveis pela negociação de paz e, desde então, as tratativas estancaram. Sem atender aos requisitos impostos pelo governo, o ELN optou pelo recrudescimento de suas ações. O grupo, que mantém 17 pessoas sequestradas,

assumiu a autoria de brutal atentado com carro-bomba à Escola de Cadetes "General Santander", ocorrido no último dia 17 de janeiro, que resultou na morte de 21 pessoas.

Diante disso, o governo colombiano decidiu dar por encerrada a mesa de diálogo com o ELN e pedir a captura dos líderes do grupo que se encontram em Havana. O governo brasileiro, em nota, expressou seu repúdio a todas as formas de terrorismo e manifestou apoio ao Governo colombiano em sua intenção de perseguir criminalmente os responsáveis.

ECONOMIA

Beneficiada pelo comportamento favorável do preço do petróleo no mercado internacional, a economia colombiana vem crescendo a 2,8% a.a., com inflação dentro da meta do governo.

Para lidar com a questão estrutural do déficit público, Duque apresentou ao Congresso proposta de reforma que busca promover o aumento da base tributária, a formalização econômica, a diminuição da tributação sobre empresas e o aumento da tributação sobre pessoas físicas. A proposta recebeu resistência da sociedade, especialmente pela proposta de aumento do imposto de valor agregado (IVA) sobre produtos da cesta básica, e do Congresso, onde recebeu críticas do próprio Centro Democrático.

Duque apresentou formalmente Plano Nacional de Desenvolvimento para o período 2018-2022, intitulado "Pacto por Colômbia - pacto por la equidad". O plano econômico visa promover ambiente de legalidade e empreendedorismo, promovendo desenvolvimento com maior inclusão social, a fim de reduzir a alta desigualdade social e regional da Colômbia.

POLÍTICA EXTERNA

A partir da mudança gerada pela assinatura dos Acordos de Paz, o ex-presidente Juan Manuel Santos buscou alterar a imagem da Colômbia no exterior, superando o passado de conflito e deslocando a agenda externa dos temas de cooperação em segurança e combate ao narcotráfico para temas como cooperação técnica, educação, meio ambiente e assuntos migratórios. Durante seu governo, a relação privilegiada com os Estados Unidos não foi alterada, mas pode-se argumentar que foi contrabalançada pela crescente aproximação com os vizinhos sul-americanos.

A partir da eleição de Duque, analistas antecipavam que os temas de segurança e combate ao narcotráfico poderiam voltar a dominar a política colombiana, tanto internamente, quanto nas relações com os EUA, principal parceiro estratégico da Colômbia. Em viagem a Washington como presidente eleito, no final de junho de 2018, Duque foi recebido pelo Secretário de Estado Mike Pompeo, pelo assessor de segurança da Presidência, John Bolton, pelo Secretário Nacional Antidrogas, Jim Carroll, e pelo Secretário- Geral da OEA, Luis Almagro. Sua agenda parecia sugerir, pelo menos em alguma medida, a "ressecuritização" da agenda diplomática.

Após a posse presidencial, a política externa do Chanceler Holmes Trujillo confirmou a esperada prioridade atribuída às relações com potências centrais, particularmente com os Estados Unidos - sem, contudo, perder de vista a agenda regional. Os EUA foram o primeiro destino de uma viagem de Iván Duque como presidente eleito, seguido de passagem pela Espanha. O Panamá foi o país escolhido para sua primeira visita oficial.

Duque viajou, em duas ocasiões, à Europa, com passagens pelo Vaticano, para simbólica audiência com o Papa Francisco, pela Itália, pela Bélgica e pela França. A União Europeia é importante parceiro da Colômbia no pós-conflito : o Fundo Fiduciário Europeu para a Paz na Colômbia prevê desembolsos de EUR 94 milhões no período 2016-2020.

Soma-se a esse périplo externo a participação na Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2018, em que processo de paz, narcotráfico e Venezuela dividiram espaço como temas prioritários.

Venezuela

As circunstâncias regionais acabaram por impor o que vem sendo tratado por alguns analistas como a “venezuelização” da política externa colombiana. Entre os países vizinhos, a Venezuela sempre ocupou posição de destaque na ação externa da Colômbia: a região fronteira é densamente povoada e altamente permeável; estima-se que dois milhões de colombianos residam na Venezuela, muitos deslocados em decorrência do conflito interno; a atuação do

ex-presidente Hugo Chávez foi relevante para a construção de confiança que permitiu o início do processo de paz com as FARC-EP.

O recrudescimento da crise política na Venezuela somou-se ao aumento do fluxo migratório e ao endurecimento da retórica do governo colombiano depois da crise constitucional instaurada pela assunção de Juan Guaidó como presidente encarregado da Venezuela. Estes fatores contribuíram para fazer da Venezuela o tema principal da política externa colombiana no momento.

Principal destino da migração venezuelana (1,2 milhão de migrantes, segundo dados do Banco Mundial), a Colômbia convocou, à margem da AGNU de setembro de 2018, reunião para constituição de fundo humanitário de emergência e para coordenar a ação internacional frente à crise migratória. A necessidade de cooperação internacional no acolhimento e integração da migração venezuelana é tema de particular interesse para a Colômbia: calcula-se que o impacto fiscal da migração para o estado colombiano chegue a US\$ 1,5 bilhão (0,5% do PIB).

A Colômbia não reconhece a legitimidade do novo período presidencial de Nicolás Maduro e reconheceu prontamente Juan Guaidó como presidente encarregado. Humberto Calderón Berti, filiado ao tradicional partido COPEI (democracia cristã) e ex-presidente da OPEP, foi designado representante do governo Guaidó na Colômbia.

Na esteira dos esforços relacionados à entrada de ajuda humanitária internacional no território venezuelano em 23 de fevereiro de 2019, o regime de Maduro anunciou rompimento de relações diplomáticas e consulares com a Colômbia. Cúcuta, na fronteira da Colômbia com a Venezuela, foi um dos pontos de armazenamento de ajuda humanitária internacional, juntamente com Pacaraima (Roraima) e Curaçao (Holanda).

A designação do guatemalteco Eduardo Stein como representante especial do ACNUR e da OIM para a migração venezuelana e a iniciativa de solicitar ao Tribunal Penal Internacional que investigue possíveis crimes contra a humanidade cometidos na Venezuela também integram a estratégia colombiana de pressão sobre o regime de Nicolás Maduro.

Estados Unidos

O presidente Iván Duque realizou visita de Estado aos EUA, entre os dias 13 e 16 de fevereiro de 2019. O colombiano foi recebido pelo presidente Trump e manteve encontros no Departamento de Estado e no Conselho de Segurança Nacional. Duque também visitou o Congresso norte-americano, a fim de ampliar o apoio do legislativo a seu país. O apoio financeiro dos Estados Unidos ao processo de paz e ao desenvolvimento no pós-conflito é dado fundamental do relacionamento bilateral.

A agenda norte-americana de Duque incluiu participação em eventos organizados por think tanks (Wilson Center, Atlantic Council, Inter-American Dialogue, Council of the Americas e Center for Strategic and International

Studies), pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (onde trabalhou) e pela Universidade de Georgetown (onde estudou), além de participação em sessão na OEA e visita às Nações Unidas. Duque também encontrou-se com o representante do governo Guaidó nos EUA, Carlos Vecchio.

Diferentemente de ocasiões anteriores, temas como processo de paz e combate ao tráfico de drogas não estiveram no centro da agenda bilateral, cujo ponto principal foi a situação na Venezuela. O tema foi objeto de comunicado conjunto específico, em que os dois mandatários reafirmaram "o empenho de seus governos em tomar medidas para resolver a crise democrática e humanitária em curso na Venezuela e o forte apoio ao presidente interino Juan Guaidó", além de informar que, "por meio de estreita parceria bilateral e com o apoio de aliados regionais e globais, os Estados Unidos e a Colômbia estão trabalhando juntos para fornecer ajuda aos venezuelanos necessitados". Dirigindo-se à imprensa, ao lado de Duque, o presidente Trump confirmou a prioridade conferida à Venezuela na agenda da visita: "Somos muito bons aliados e trabalhamos em muitas coisas, como erradicação de drogas, Venezuela e comércio. Mas dedicaremos a maior parte do tempo a falar sobre a Venezuela".

A passagem do mandatário por Washington teria impulsionado a aprovação de novo pacote de ajuda norte-americana, no valor de US\$ 418 milhões, para a erradicação de cultivos ilícitos, o que representaria aumento de cerca de US\$ 27 milhões em relação ao montante recebido para esse fim em 2018.

Sobre o processo de paz, Duque teria ouvido, particularmente de parlamentares democratas, apelos pela adequada implementação do Acordo de Paz com as FARC, além de questionamentos sobre os assassinatos de líderes sociais e defensores de direitos humanos.

Brasil

O presidente Iván Duque, a Vice-Presidente Marta Lucía Ramírez e o chanceler Trujillo já manifestaram a importância atribuída pelo atual governo às relações com o Brasil. O interesse mútuo em incrementar laços econômicos, comerciais e turísticos, a prioridade em comum atribuída a áreas como defesa e segurança e o potencial de ampliar a cooperação em setores como energia, temas fronteiriços e ciência, tecnologia e inovação abrem caminho para o adensamento da agenda bilateral.

O gesto de Duque de rapidamente felicitar o presidente eleito Jair Bolsonaro por sua vitória e a presença da Vice-Presidente Marta Lucía Ramírez na posse presidencial sinalizam o desejo de trabalhar de forma conjunta com o governo brasileiro.

Os presidentes Duque e Bolsonaro encontraram-se em 24 de janeiro de 2019, à margem do 49º Foro Econômico Mundial, em Davos. Na ocasião, os presidentes discutiram temas bilaterais e regionais como comércio bilateral, o

apoio brasileiro ao processo de paz na Colômbia, o recente atentado em Bogotá e a consequente interrupção dos diálogos de paz com o ELN, a questão venezuelana e novos modelos de concertação regional à luz da denúncia colombiana do tratado constitutivo da UNASUL.

Países fundadores do Grupo de Lima, Colômbia e Brasil têm exercitado protagonismo no encaminhamento da questão venezuelana, refletindo sua condição de nações limítrofes com a Venezuela.

Brasil e Colômbia partilham 1.642 quilômetros de fronteira. A densa relação bilateral inclui temas como comércio, investimentos, combate a ilícitos transnacionais, cooperação em matéria de segurança e defesa, cooperação no pós-conflito.

UNASUL/PROSUL

A participação de Brasil, Argentina, Chile, Colômbia Paraguai e Peru na UNASUL foi suspensa em abril de 2018, como consequência da situação de acefalia da Secretaria-Geral e da crise pela qual passava o organismo.

Em agosto de 2018, o presidente Duque formalizou pedido de denúncia do tratado, que se tornou efetiva em fevereiro de 2019.

Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Guiana, Paraguai e Peru assinaram, em 22 de março de 2019, a Declaração de Santiago, que cria o Foro para o Progresso da América do Sul - PROSUL.

A nova arquitetura de concertação regional será implementada gradualmente e prevê estrutura flexível e leve, com regras de funcionamento claras e mecanismo ágil de tomada de decisões. Foram demarcadas como áreas de atuação prioritárias infraestrutura, saúde, defesa, segurança e combate a ilícitos e prevenção e manejo de desastres naturais. A declaração exige dos participantes do novo organismo regional a vigência do estado democrático de direito, a separação dos poderes, a promoção, proteção e respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, bem como à soberania e integridade territorial dos Estados, com respeito ao direito internacional.

O Chile ocupará a presidência rotativa do PROSUL pelos próximos doze meses, sendo substituído em seguida pelo Paraguai.

Acordos de Paz

O tema da implementação dos acordos de paz na Colômbia influencia diretamente sua agenda externa. Durante épocas de acirramento dos conflitos, a política externa colombiana foi dominada por temas de segurança e combate ao narcotráfico. O processo de paz e o pós-conflito contam com substancial apoio internacional, que se materializa em projetos de cooperação, participação de países garantes nas conversações de paz, monitoramento do processo por órgãos multilaterais e constituição de fundos internacionais de auxílio ao pós-conflito.

Em viagens ao exterior e contatos com a comunidade internacional, a gestão Duque tem buscado ratificar mensagem de compromisso com o avanço

do processo de paz, a despeito do combate ao que qualifica como “eventuais imprecisões e frestas no texto dos acordos”. Nesse sentido, o governo Duque cunhou política específica para a implementação dos acordos de paz, plasmada no plano “Paz com Legalidade”.

A Missão de Verificação das Nações Unidas na Colômbia expressou, em recentes relatórios, reconhecimento pelos avanços alcançados pelo governo no cumprimento dos Acordos de Paz. Esta avaliação vem sendo destacada pela Chancelaria colombiana como um ativo diplomático. A gestão Duque atribui grande importância ao apoio político e financeiro franqueado pela comunidade internacional ao processo de paz, e demonstra preocupação com que os “ajustes” propostos, especialmente, no que diz respeito à JEP, possam ser lidos como potencial desmatelamento dos Acordos ou como a abertura de precedente perigoso, que afetaria a segurança jurídica necessária para o sucesso na implementação dos acordos.

Política Comercial

É promessa de campanha de Iván Duque que, durante sua gestão, buscaria maior aproveitamento dos acordos comerciais em vigor, sem necessariamente assinar novos tratados de livre comércio. A Colômbia já conta com amplo conjunto de acordos (16), que permitem acesso preferencial a um mercado potencial de 1,5 bilhão de consumidores.

Particular atenção tem recebido o setor agropecuário. Nos primeiros 100 dias do governo Duque, foram anunciadas medidas de apoio interno aos setores de café e açúcar, bem como a intenção de fazer uso mais frequente de instrumentos de defesa comercial e o desenvolvimento de uma ativa diplomacia sanitária.

OTAN

Admitida em 31 de maio de 2018 como “sócio global” da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a Colômbia é o único país da América Latina nessa condição. A condição de “sócio global”, que não se confunde com o *status* de membro pleno da OTAN, institucionaliza o diálogo e a cooperação da Aliança com países reputados capazes de contribuir para a segurança internacional. Além da Colômbia, são sócios globais da OTAN: Afeganistão, Austrália, Iraque, Japão, Coreia do Sul, Mongólia, Nova Zelândia e Paquistão. Rússia, Ucrânia e Geórgia integram arranjos específicos de parceria global com a OTAN.

As primeiras manifestações públicas do interesse colombiano de associar-se à OTAN remetem ao final do primeiro mandato do presidente Álvaro Uribe (2002-2006), quando o governo norte-americano buscava facilitar conformação de grupo de países latino-americanos “amigos da OTAN”. A associação se insere em estratégia mais ampla da Colômbia em buscar, de maneira pragmática, parcerias internacionais destinadas a angariar recursos financeiros, treinamento,

equipamentos, material logístico, bem como cooperação em áreas prioritárias como desminagem humanitária e combate ao narcotráfico.

Em uma de suas primeiras viagens internacionais, o presidente Iván Duque visitou a sede da OTAN em 23 de outubro de 2018, ocasião em que se reuniu com o secretário-geral Jens Stoltenberg. Nessa ocasião, Duque e Stoltenberg singularizaram a cooperação nos campos de ciberdefesa e desminagem humanitária. Segundo comunicado da presidência colombiana, outros temas tratados foram: certificação de capacidades militares; transparência dos gastos militares; e participação das mulheres nas Forças Armadas.

OCDE

O presidente Iván Duque sancionou a lei 1950, de 8 de janeiro de 2019, que aprova o "Acordo sobre os Termos da Adesão da República da Colômbia à Convenção da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)", subscrito em 30 de maio de 2018. Com o depósito do instrumento na sede da Organização, a Colômbia se torna o 37º membro da Organização e o terceiro país latino-americano, ao lado de México (desde 1994) e Chile (desde 2010).

O processo de adesão iniciou-se em 2013, sob intenso esforço diplomático da gestão do presidente Juan Manuel Santos. A adesão contou com amplo apoio parlamentar e com repercussão positiva na imprensa colombiana, que destaca a possibilidade de aperfeiçoamento das políticas públicas domésticas, a atração de maiores fluxos de investimentos e o reforço positivo à imagem do país junto à comunidade internacional.

Durante o processo de adequação da legislação doméstica às normas da Organização, foram produzidos mais de cinquenta atos legislativos, como leis sobre probidade administrativa, práticas anti-suborno, responsabilidade corporativa, direito autoral, cooperação em matéria tributária, entre outros.

Temas multilaterais

No âmbito multilateral, destaca-se a atuação colombiana nas áreas ambiental e de combate às drogas. A Colômbia é um dos países com maior diversidade biológica no planeta e vinha atuando em colaboração com o Brasil no âmbito dos países megadiversos.

"Colombia cree en el multilateralismo". Assim definiu o presidente Duque, em encontro com o corpo diplomático acreditado em Bogotá em 30 de janeiro último. O plano de governo da gestão Duque é vinculado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e à Agenda 2030 da ONU, bem como aos compromissos voluntários de enfrentamento das mudanças climáticas. A defesa dos oceanos e a preservação da floresta amazônica são bandeiras de seu governo.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Colômbia é o país com a segunda maior população da América do Sul (50 milhões de pessoas) e a 4ª economia da América Latina, atrás apenas de Brasil, México e Argentina. Em 2018, a economia colombiana cresceu 2,7%, com o PIB alcançando US\$ 314,84 bilhões, segundo dados divulgados pelo Departamento Nacional de Estatística da Colômbia (DANE). Foi o melhor desempenho da economia colombiana desde 2016, que tem sido interpretado como o início do ciclo de recuperação econômica do país.

Estima-se que a tendência expansiva se consolide em 2019, com crescimento superior a 3%, sustentado pelo aumento da demanda doméstica e dos investimentos mineiro-energéticos. Todos os setores econômicos registraram crescimento em 2018, com a exceção da indústria mineral-extrativista, que teve queda de 0,8%. O encolhimento de 0,8% do setor mineral-extrativista representou, todavia, uma evolução positiva, haja vista o histórico negativo (-2,5%, em 2016; -5,7%, em 2017).

O gasto público cresceu à taxa mais elevada desde 2014 (5,9%), impulsionado por despesas relacionadas ao processo eleitoral e a execuções de obras planejadas por governos regionais. Para 2019, o Banco de la República projeta inflação entre 3,3% e 3,5%. A autoridade monetária colombiana calcula que o país receberá, em 2019, investimentos estrangeiros diretos da ordem de 3,6% do PIB.

As maiores vulnerabilidades da economia colombiana são o comportamento do déficit fiscal (déficit de 3,1% do PIB em 2018, meta de déficit de 2,4% em 2019) e do déficit em conta corrente (deve fechar em torno de 3,5% do PIB para 2018 e se estima poder chegar a 4,1% em 2019 e 3,8% em 2020). O resultado de ambas as variáveis está intimamente vinculado ao comportamento do setor mineiro-energético e ao preço do petróleo nos mercados internacionais, tendo em conta a importância deste setor para o equilíbrio das contas externas e da arrecadação pública. Por essa razão, o governo Duque tem apostado na diversificação da economia colombiana, com especial ênfase nos setores agropecuário e industrial.

A queda dos preços do café no mercado internacional para níveis inferiores aos custos de produção da Colômbia tem causado grandes prejuízos ao setor cafeeiro colombiano, que emprega 25% da população rural deste país e é responsável por 11% do PIB agropecuário e 35% das exportações agrícolas colombianas.

Investimentos

Um dos aspectos mais positivos registrados na economia colombiana em 2018 foi o comportamento da formação bruta de capital fixo (investimento), que fechou o ano com crescimento de 3,5%.

São contabilizadas 102 empresas brasileiras estabelecidas na Colômbia, em segmentos bastante diversificados, como agribusiness (Minerva Foods), financeiro (Itaú e BMF&Bovespa), cosméticos/higiene pessoal (Natura e O Boticário), infraestrutura (Alupar, Camargo Córrea e Petrobras), siderúrgico (Gerdau Diaco e Votorantim Acerías Paz del Río) e TICs (TIVIT, Totvs e Stefanini). Segundo estudo da APEX-Brasil, a Colômbia é o segundo destino prioritário para a internacionalização de empresas brasileiras de pequeno e médio porte, perdendo somente para os Estados Unidos.

Assinado em 2015, o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) foi ratificado pelo Brasil em abril de 2018, porém o processo de internalização do acordo na Colômbia encontra-se em estágio inicial. O ACFI contribuirá para a promoção do investimento e a geração de um ambiente de negócios mais confiável para os investidores dos dois países.

Comércio exterior

Devido à política de abertura comercial da Colômbia desde 1990, o país possui 16 acordos de livre comércio em vigor com diversos blocos e países, que abarcam o comércio exterior com 47 nações. Destacam-se os acordos assinados com os EUA, a UE, a Comunidade Andina, e o MERCOSUL (principais parceiros comerciais da Colômbia).

As exportações colombianas atingiram, em 2018, US\$ 41,8 bilhões (crescimento de 10,4%), o maior montante desde 2015. O maior crescimento segue concentrado nas exportações petroleiras, que representam mais da metade das vendas totais da Colômbia (59%). As vendas de produtos industrializados aumentaram 8%, passando US\$ 7,7 bilhões, em 2017, para US\$ 8,3 bilhões (o maior resultado desde 2011), devido ao melhor desempenho da indústria local no segundo semestre de 2018. No entanto, as vendas de produtos agrícolas caíram 0,7%. O setor cafeeiro, responsável por mais de 30% das exportações agrícolas, teve decréscimo de 4,5% em 2018, prejudicado pela baixa no preço do café no mercado internacional.

As importações da Colômbia aumentaram 11,2% em 2018, em relação a 2017, chegando a US\$ 51,23 bilhões. As compras de produtos industrializados representam 78% do total. O principal fornecedor da Colômbia foi Estados Unidos (25,3%), seguido pela China (20,6%), União Europeia (14,8%), México (7,7%), Brasil (5,5%), Comunidade Andina de Nações (3,7%), Japão (2,5%) e Índia (2,3%).

Desde 2006, a balança colombiana apresenta déficit acumulado de US\$ 32 bilhões. O último ano em que se verificou superávit comercial foi em 2013. Em 2018, houve crescimento de 10% do déficit, que alcançou US\$ 7,1 bilhões.

Comércio Brasil-Colômbia

O comércio Brasil-Colômbia tem sido historicamente superavitário a favor do Brasil. O intercâmbio comercial entre Brasil e Colômbia alcançou US\$ 4,53 bilhões em 2018, cerca de 15% superior ao registrado em 2017, com superávit a favor do Brasil de 1,1 bilhão.

O Brasil ocupa atualmente o 5º lugar entre os principais fornecedores da Colômbia, depois de EUA, China, União Europeia e México, e está em 8º lugar entre os principais destinos das exportações colombianas. Segundo dados do MDIC, entre os principais produtos exportados pelo Brasil estão automóveis (9,1%), demais produtos manufaturados (5,3%), produtos laminados planos de ferro ou aço (4,5%), polímeros de etileno, propileno e estireno (4,5%), preparações para elaboração de bebidas (3,2%) e pneus novos (3%). Entre os principais produtos importados da Colômbia estão hulhas não aglomeradas (32%), coques e semicoques de hulha (19%), pvc (11%), polímeros de etileno, propileno e estireno (6,4%) e inseticidas, formicidas, herbicidas (3,1%).

A maior parte dos produtos da pauta exportadora brasileira (97%) encontra-se isenta de tarifa para acessar o mercado colombiano, com amparo no "Acordo de Complementação Econômica Colômbia-MERCOSUL - ACE 72".

O Brasil ocupa o 3º lugar entre os países fornecedores de automóveis e autopeças à Colômbia (com 9,8% de participação), sendo superado apenas pelo México (19%) e pela Coreia do Sul (10,2%). As exportações de têxteis brasileiros para a Colômbia cresceram 36,6% após a entrada em vigor do ACE-72, que estabelece preferência de 100% para os produtos têxteis brasileiros no mercado colombiano. Em 2018, as importações colombianas de têxteis procedentes do Brasil atingiram US\$ 41,2 milhões.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1810	Independência da dominação espanhola
1819	Batalha de Boyacá, que consolidou a independência de Nova Granada
1821	Fundação formal da Grã-Colômbia, a partir do Congresso de Cúcuta
1829	Venezuela declara-se independente da Grã-Colômbia
1830	Equador declara-se independente da Grã-Colômbia. Morre Simón Bolívar
1852	Abolição da escravatura
1899	Guerra dos Mil Dias, entre facções de poder colombianas
1903	Independência do Panamá, apoiada pelos EUA
1933	Negociações de paz com o Peru, que reconheceu a soberania colombiana sobre a cidade de Letícia.
1946	Início do período denominado “La Violencia”, de conflitos entre Conservadores e Liberais
1948	“Bogotazo”, revolta pelo assassinato do liberal Jorge Gaitán
1958	Início da Frente Nacional, monopólio dos partidos Conservador e Liberal, com vistas a superar o período de “La Volencia”.
1964	Invasão militar em Marquetália
1964	Criação do Exército de Libertação Nacional (ELN)
1966	Criação oficial das “Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia” (FARC)
1969	Criação do Pacto Andino (depois, Comunidade Andina de Nações - CAN)
1974	Fim do período da Frente Nacional
1974	Eleição de Alfonso López Michelsen

1974	Início das ações militares urbanas do M-19
1974	Início das atividades de grupos paramilitares
1978	Julio César Turbay Ayala é eleito Presidente
1980	M-19 ocupa Embaixada da República Dominicana em Bogotá
1982	Belisario Betancour é eleito Presidente
1982	FARC decidem atuar com vista à conquista definitiva do poder. Acrescentam as letras EP (Exército do Povo) em sua sigla.
1984	Acuerdo de La Uribe, estabelece cessar-fogo entre as Forças Armadas e as FARC
1985	As FARC-EP fundam o partido União Patriótica-UP
1985	Rompimento do cessar-fogo entre o governo e as FARC-EP
1986	Virgilio Barco é eleito Presidente
1986	O M-19 depõe armas e se torna partido, a Aliança Democrática M-19
1990	César Gaviria eleito Presidente
1990	Desmobilização do M-19
1994	Ernesto Samper é eleito Presidente
1994	A CAN adota uma tarifa externa comum
1997	Formação das “Autodefensas Unidas de Colômbia”, união de paramilitares
1998	Andrés Pastrana toma posse como Presidente
1998	Início de novas negociações com as FARC, com desmilitarização de área
2000	É lançado o “Plano Colômbia”, com apoio dos EUA
2002	As FARC-EP sequestram avião e Presidente Pastrana declara fim das negociações

2002	As FARC-EP sequestram Senadora e candidata presidencial Ingrid Betancourt
2002	Eleição de Álvaro Uribe;
2004	Congresso aprova emenda à Constituição para permitir reeleição
2005	Congresso aprova Lei para a desmobilização dos paramilitares
2006	Presidente Álvaro Uribe é reeleito, em primeiro turno
2006	Anunciado fim do desarmamento dos paramilitares
2006	Corte Suprema ordena prisão de parlamentares envolvidos com paramilitares
2006	Assinatura do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos
2008	Ataque a acampamento das FARC-EP em território equatoriano.
2008	Falecimento de "Manuel Marulanda", líder histórico das FARC-EP.
2008	Libertação da Senadora Ingrid Betancourt
2009	Libertação de seis reféns das FARC-EP com apoio logístico brasileiro
2010	Libertação de dois reféns das FARC-EP (militares) e devolução dos restos mortais de 1 militar morto em cativeiro, com apoio logístico brasileiro.
2010	Corte Suprema considera inexecutável a proposta de referendo para a segunda reeleição (fevereiro).
2011	Eleição de Juan Manuel Santos à Presidência da República, em segundo turno.
2011	Libertação de seis reféns das FARC-EP, com apoio logístico brasileiro
2011	O Comandante das FARC-EP, Alfonso Cano, é abatido em operação militar do governo. As FARC-EP escolhem "Timochenko" (Rodrigo Londoño) como seu novo comandante

2012	Libertação de 10 reféns das FARC-EP com apoio logístico brasileiro
2012	Entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio Colômbia-EUA
2012	As FARC-EP anunciam libertação de todos os reféns políticos em seu poder
2012	Anúncio de novo processo de paz com as FARC-EP
2012	Início do diálogo com as FARC-EP em Cuba. Cuba e Noruega são definidos como os países garantes do processo.
2013	Anúncio do acordo entre as FARC-EP e o Governo sobre participação política
2014	Reeleição do Presidente Juan Manuel Santos, em segundo turno
2014	Anúncio do acordo entre as FARC-EP e o Governo sobre a solução dos problemas das drogas ilícitas
2014	Anúncio do acordo entre as FARC-EP e o Governo sobre uma Política de Desenvolvimento Agrário Integral
2015	Anúncio do acordo entre as FARC-EP e o Governo sobre a criação de uma justiça de transição e reparações às vítimas do conflito
2016	Assinatura de acordo para dar início às negociações oficiais de paz com o ELN
2016	Aprovada reforma política que acaba com o direito à reeleição para Presidente
2016	Assinatura do acordo entre as FARC-EP e o Governo sobre o cessar-fogo bilateral e definitivo das hostilidades, a entrega de armas e a garantia de segurança dos integrantes das FARC-EP desmobilizados.
2017	Início da fase pública das negociações de paz entre o governo colombiano e o ELN.
2017	Finalizado processo de desmobilização das FARC-EP e entrega de armas.

2017	Aprovação de propostas legislativas para implementação do acordo de paz com as FARC-EP, como as que criam e regulamentam a Justiça Especial para a Paz – JEP.
2018	Em abril, o Equador renuncia à condição de país-sede das negociações de paz com o ELN. As negociações se deslocam para Havana.
2018	Eleição de Iván Duque Márquez como presidente da República. Carlos Holmes Trujillo é apontado Chanceler.
2018	Suspensão das negociações de paz com o ELN.
2018	Durante a AGNU, em setembro, a Colômbia propõe a criação de um fundo especial para a gestão da migração venezuelana.
2019	Atentado contra a Escola de Cadetes General Santander, em Bogotá, é reivindicado pelo ELN. Presidente Duque se dissocia das negociações de paz.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
1827	O Governo da Grã-Colômbia envia para o Rio de Janeiro Leandro Palácios, como seu primeiro representante junto ao Império do Brasil
1829	O Império do Brasil envia Luiz de Souza Dias para Bogotá, na qualidade de Enviado Especial e Ministro Plenipotenciário do Brasil junto à Grã-Colômbia
1907	Tratado de Limites entre o Brasil e a Colômbia, usando como base de demarcação a linha Tabatinga-Apapóris
1925	Ata de Washington, entre Brasil, Colômbia e Peru, que assegura o reconhecimento da linha Tabatinga-Apapóris como fronteira entre o Brasil e a Colômbia.
1971	Encontro entre o Presidente Médici e o Presidente colombiano Misael Patrana Borrero, para realizarem o primeiro encontro de cúpula bilateral entre mandatário brasileiro com homólogo colombiano (Letícia, 07 de agosto)
1981	Visita do Presidente João Baptista Figueiredo à Colômbia, a primeira visita oficial de um Chefe de Estado do Brasil ao país (10-13 de março).
1981	Visita do Presidente da Colômbia, Julio Cesar Turbay Ayala, ao Brasil (01 de setembro)
1988	Visita do Presidente José Sarney à Colômbia (08-10 de fevereiro)
1991	Visita do Presidente Fernando Collor à Colômbia, para a V Reunião de Chefes de Estado do Grupo do Rio (Cartagena das Índias, 01-03 de dezembro)
1994	Visita do Presidente Itamar Franco à Colômbia, para a criação da Comissão de Vizinhança Brasil-Colômbia (Letícia, 22 de janeiro)
1995	Visita do Vice-Presidente Marco Maciel à Colômbia (17 de outubro de 1995)
1997	Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Colômbia (Cartagena das Índias, 06 de novembro)
1999	Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Colômbia (Letícia, 08 de outubro)

2000	Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Colômbia, para a XIV Reunião de Chefes de Estado do Grupo do Rio (Cartagena das Índias, 15-17 de junho)
2003	Visita do Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, ao Brasil (Brasília, 07 de março)
2003	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Colômbia, para a XIV Reunião do Conselho Presidencial Andino (Medellin, 25-27 de junho)
2003	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Colômbia, para a Sessão Comemorativa do 40º Aniversário da Organização Internacional do Café (Cartagena das Índias, 16 de setembro);
2004	Visita do Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, ao Brasil, para a I Rodada de Negócios Brasil-Colômbia (São Paulo, 21 de junho)
2004	Visita do Presidente Álvaro Uribe ao Brasil, para a XVIII Reunião de Chefes de Estado do Grupo do Rio (Rio de Janeiro, 05 de novembro)
2005	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Colômbia (Letícia, em 19 de janeiro)
2005	Visita do Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, ao Brasil, para a II Conferência Mundial do Café (Salvador, 24 de setembro)
2005	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Colômbia (Bogotá, 13-14 de dezembro)
2006	Visita do Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, ao Brasil (Brasília, 25 de abril)
2008	Visitado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Colômbia (Bogotá e Letícia, 19-20 de julho)
2009	Visita do Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, ao Brasil (16-17 de fevereiro)
2009	Visita do Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, ao Brasil, para o Fórum Econômico Mundial para a América Latina (Rio de Janeiro, 15 de abril)
2009	I Reunião da Comissão Bilateral Brasil-Colômbia, co-presidida pelos Chanceleres (Cartagena das Índias, 08 de junho)
2009	Visita do Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, ao Brasil (Brasília, 19 de outubro)
2010	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Colômbia, para posse do Presidente Juan Manuel Santos (Bogotá, 07 de agosto)
2010	Visita do Presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, ao Brasil (01-02 de setembro)

2011	Visita do Presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, ao Brasil, para posse da Presidente Dilma Rousseff (Brasília, 01 de janeiro)
2011	II Reunião da Comissão Bilateral Brasil-Colômbia, co-presidida pelos Chanceleres (Brasília, 26 de outubro)
2012	Participação da Presidenta Dilma Rousseff na Cúpula das Américas (Cartagena das Índias, 14-15 de abril)
2012	III Reunião da Comissão Bilateral Brasil-Colômbia, co-presidida pelos Chanceleres, no dia 5 de novembro, em Bogotá
2014	Visita do Presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, ao Brasil (Brasília, 19 de junho)
2014	Visita do Vice-Presidente, Michel Temer, à Colômbia para participar da cerimônia de posse do Presidente Juan Manuel Santos (Bogotá, 7 de agosto)
2015	Visita do Vice-Presidente da Colômbia, Germán Vargas Lleras, ao Brasil, para participar da cerimônia de posse da Presidente Dilma Rousseff (Brasília, 01 de janeiro)
2015	Viagem do ministro das Relações Exteriores, embaixador Mauro Viera, a Bogotá (28 de abril)
2015	Viagem do ministro Mauro Vieira a Bogotá (4 de setembro)
2015	Visita da Presidenta Dilma Rousseff à Colômbia (Bogotá, 08-09 de outubro)
2016	Criação do Grupo de Amigos do Brasil para a Paz na Colômbia (15 de março)
2016	Viagem do Senhor Presidente da República à Colômbia, por ocasião da assinatura do acordo de paz entre o Governo da Colômbia e as FARC (Cartagena das Índias, 26 de setembro)
2018	Visita ao Brasil da ministra das Relações Exteriores da Colômbia, María Ángela Holguín, e do ministro da Defesa Nacional da Colômbia, Luis Carlos Villegas (Brasília, 21 de fevereiro)
2018	Visita do presidente da República da Colômbia, Juan Manuel Santos (20 de março)
2018	Entrada em vigor do ACE 72, que liberaliza 97% da pauta comercial bilateral
2018	Chanceler Aloysio Nunes representa o presidente Michel Temer na posse do presidente Iván Duque

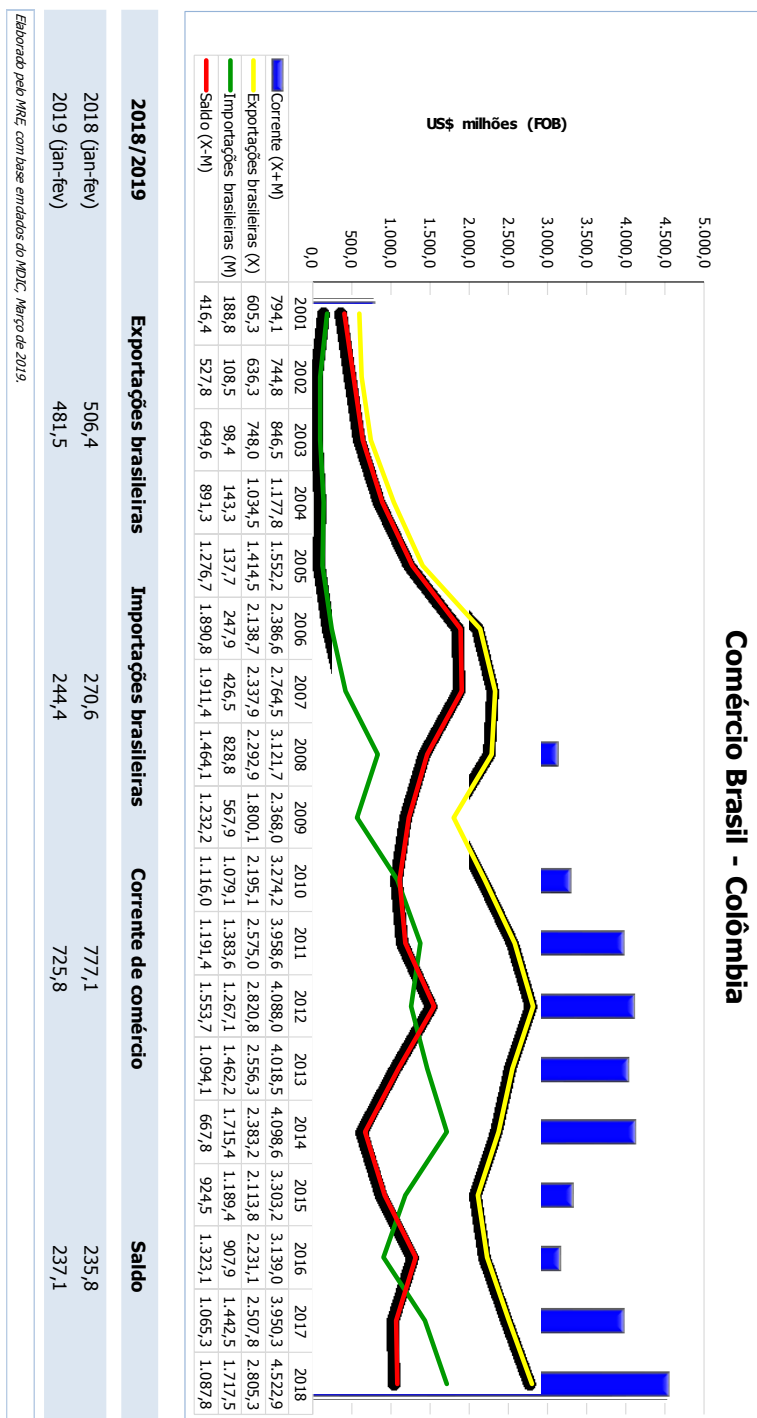
2018	Presidentes Michel Temer e Ivan Duque mantêm encontro bilateral à margem da posse do presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez
2018	Presidentes Michel Temer e Ivan Duque mantêm encontro bilateral à margem da 73ª AGNU
2019	Vice-Presidente Marta Lucía Ramírez representa o presidente Duque na cerimônia de posse do presidente Jair Bolsonaro
2019	Presidente Ivan Duque e Jair Bolsonaro mantêm encontro bilateral à margem do 49º Foro Econômico Mundial, em Davos, na Suíça

ACORDOS BILATERAIS			
Título	Data de Celebração	Data de Entrada em Vigor	Publicação
Tratado de Limites e Navegação	24/04/1907	20/04/1908	24/04/1908
Tratado de Limites e Navegação Fluvial	15/11/1928	09/01/1930	19/02/1930
Convênio Rádio-Elétrico	04/11/1936	04/05/1938	29/04/1938
Tratado de Extradicação	28/12/1938	02/10/1940	27/09/1940
Acordo sobre Transportes Aéreos	28/05/1958	27/06/1975	03/07/1975
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais.	24/07/1962	02/08/1962	16/11/1962
Acordo de Intercâmbio Cultural	20/04/1963	30/08/1974	13/09/1974
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Comuns	26/08/1969	26/08/1969	24/09/1969
Acordo de Cooperação Sanitária para a Região Amazônica	10/03/1972	13/07/1976	13/07/1976
Acordo Básico de Cooperação Técnica.	13/12/1972	27/09/1973	05/11/1973
Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos.	20/06/1973	17/07/1976	13/07/1976
Acordo de Assistência Recíproca para a Prevenção do Uso e Tráfico Ilícitos de Substâncias Estupefacientes e Psicotrópicas	12/03/1981	11/05/1981	18/05/1981
Tratado de Amizade e Cooperação	12/03/1981	10/07/1985	31/07/1985
Acordo sobre Turismo	12/03/1981	28/07/1983	11/08/1983
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	12/03/1981	05/03/1986	31/03/1986
Acordo de Cooperação Amazônica	12/03/1981	10/04/1986	15/05/1986
Acordo de Cooperação sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear	12/03/1981	05/03/1986	31/03/1986
Acordo sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira	16/07/1985	18/05/1994	24/04/2000
Acordo sobre Sanidade Animal para o Intercâmbio de Animais e	09/02/1988	28/01/1997	24/04/2000

Produtos de Origem Animal			
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	14/04/1993	24/09/1995	11/09/1995
Acordo de Cooperação Mútua para o Combate ao Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais	07/11/1997	22/03/2006	27/06/2006
Acordo de Cooperação para Impedir o Uso Ilegal de Precursores e Substâncias Químicas Essenciais para o Processamento de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas	07/11/1997	09/09/1999	14/10/1999
Acordo de Cooperação Judiciária e Assistência Mútua em Matéria Penal	07/11/1997	29/06/2001	24/08/2001
Acordo entre o Brasil e a Colômbia sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios	21/08/2007	27/10/2010	23/05/2014
Acordo entre o Brasil e o Governo da Colômbia sobre Cooperação em Matéria de Defesa	19/07/2008	28/01/2014	29/12/2015
Acordo para o Estabelecimento da Zona de Regime Especial Fronteiriço para as Localidades de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)	19/09/2008	22/10/2013	18/12/2015
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República da Colômbia sobre Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Colombianos entre as Localidades Fronteiriças Vinculadas	01/09/2010		Em tramitação no Poder Executivo
Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre Brasil e Colômbia	09/10/2015	20/04/2018	Em processo de ratificação pela outra

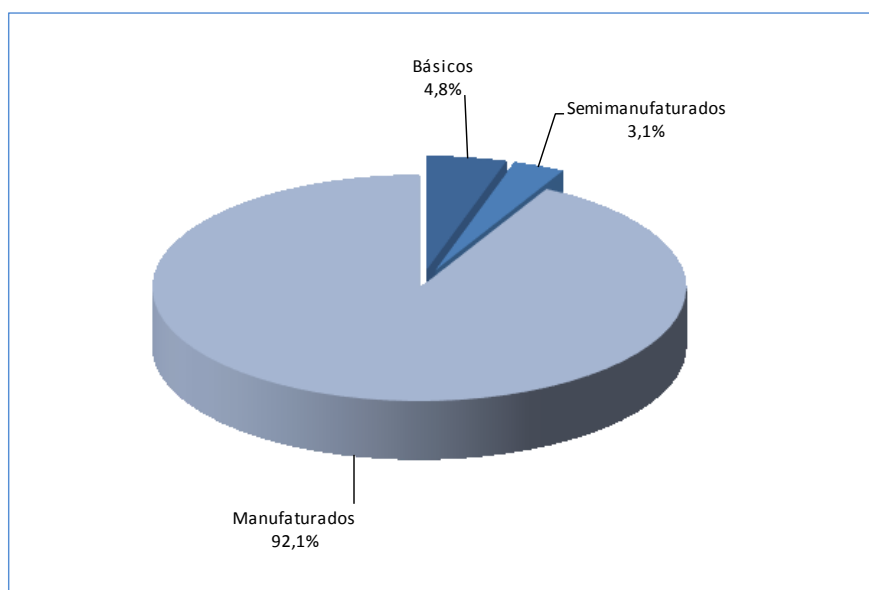
			Parte
--	--	--	-------

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

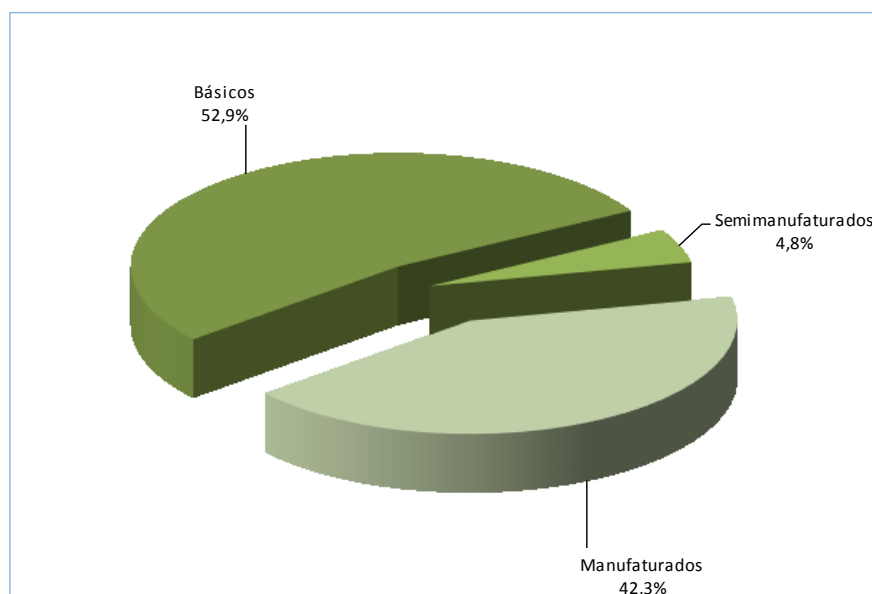


Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2018

Exportações



Importações



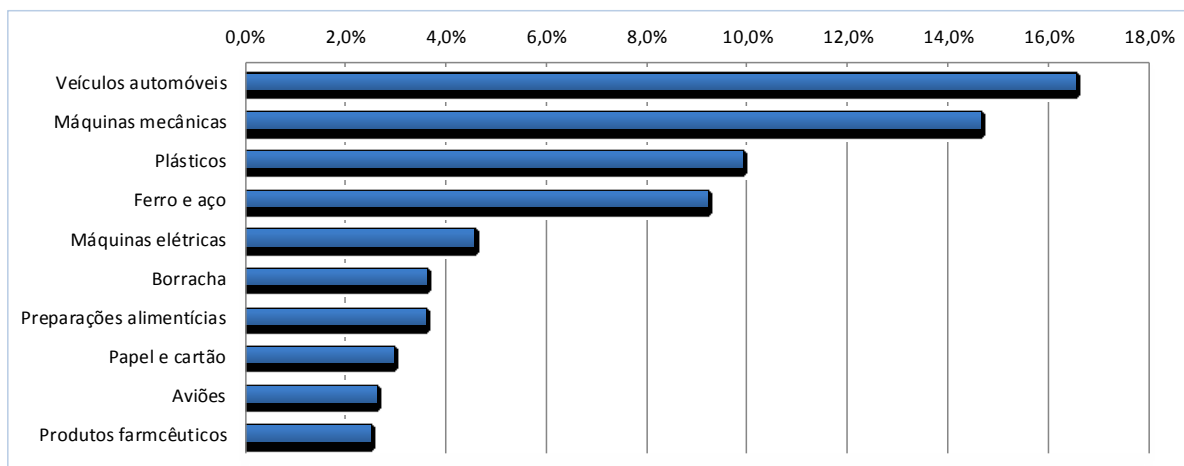
Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Março de 2019.

Composição das exportações brasileiras para a Colômbia
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Veículos automóveis	307,7	13,8%	356,1	14,2%	463,9	16,5%
Máquinas mecânicas	278,8	12,5%	377,8	15,1%	411,3	14,7%
Plásticos	194,8	8,7%	211,9	8,4%	278,3	9,9%
Ferro e aço	171,0	7,7%	182,0	7,3%	258,6	9,2%
Máquinas elétricas	108,9	4,9%	166,2	6,6%	127,6	4,5%
Borracha	118,6	5,3%	113,0	4,5%	101,7	3,6%
Preparações alimentícias	94,3	4,2%	115,6	4,6%	100,9	3,6%
Papel e cartão	49,4	2,2%	69,3	2,8%	82,5	2,9%
Aviões	0,6	0,0%	72,3	2,9%	73,3	2,6%
Produtos farmacêuticos	73,1	3,3%	67,2	2,7%	69,7	2,5%
Subtotal	1.397,3	62,6%	1.731,4	69,0%	1.967,7	70,1%
Outros	833,8	37,4%	776,4	31,0%	837,7	29,9%
Total	2.231,1	100,0%	2.507,8	100,0%	2.805,3	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Março de 2019.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2018

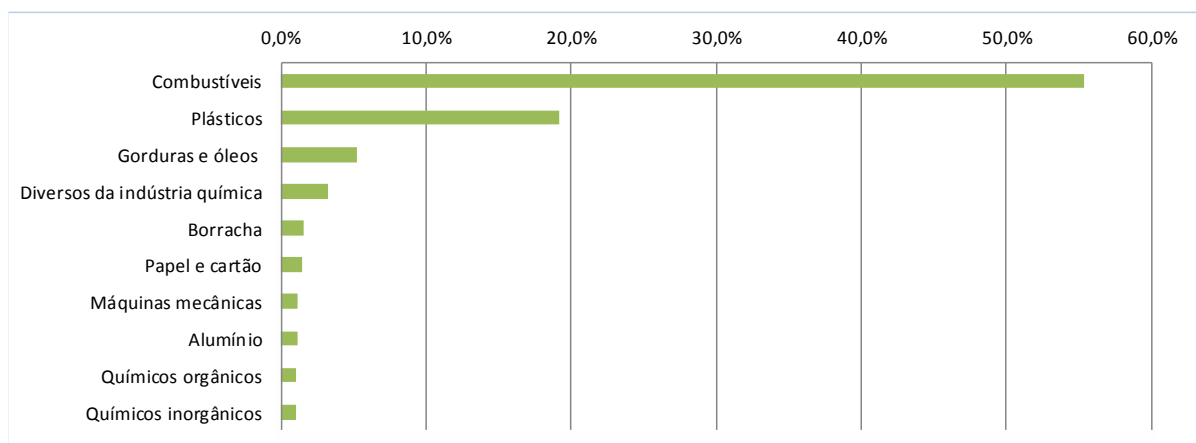


Composição das importações brasileiras originárias da Colômbia
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	390,5	43,0%	764,7	53,0%	950,4	55,3%
Plásticos	241,0	26,5%	320,7	22,2%	329,9	19,2%
Gorduras e óleos	21,6	2,4%	60,8	4,2%	90,6	5,3%
Diversos da indústria química	59,7	6,6%	71,6	5,0%	55,6	3,2%
Borracha	2,5	0,3%	6,8	0,5%	27,3	1,6%
Papel e cartão	15,4	1,7%	25,6	1,8%	25,2	1,5%
Máquinas mecânicas	7,4	0,8%	8,0	0,6%	20,3	1,2%
Alumínio	10,4	1,1%	12,3	0,9%	19,3	1,1%
Químicos orgânicos	10,0	1,1%	16,7	1,2%	18,1	1,1%
Químicos inorgânicos	13,1	1,4%	14,5	1,0%	16,9	1,0%
Subtotal	771,6	85,0%	1.301,7	90,2%	1.553,6	90,5%
Outros	136,3	15,0%	140,8	9,8%	164,0	9,5%
Total	907,9	100,0%	1.442,5	100,0%	1.717,5	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Março de 2019.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2018



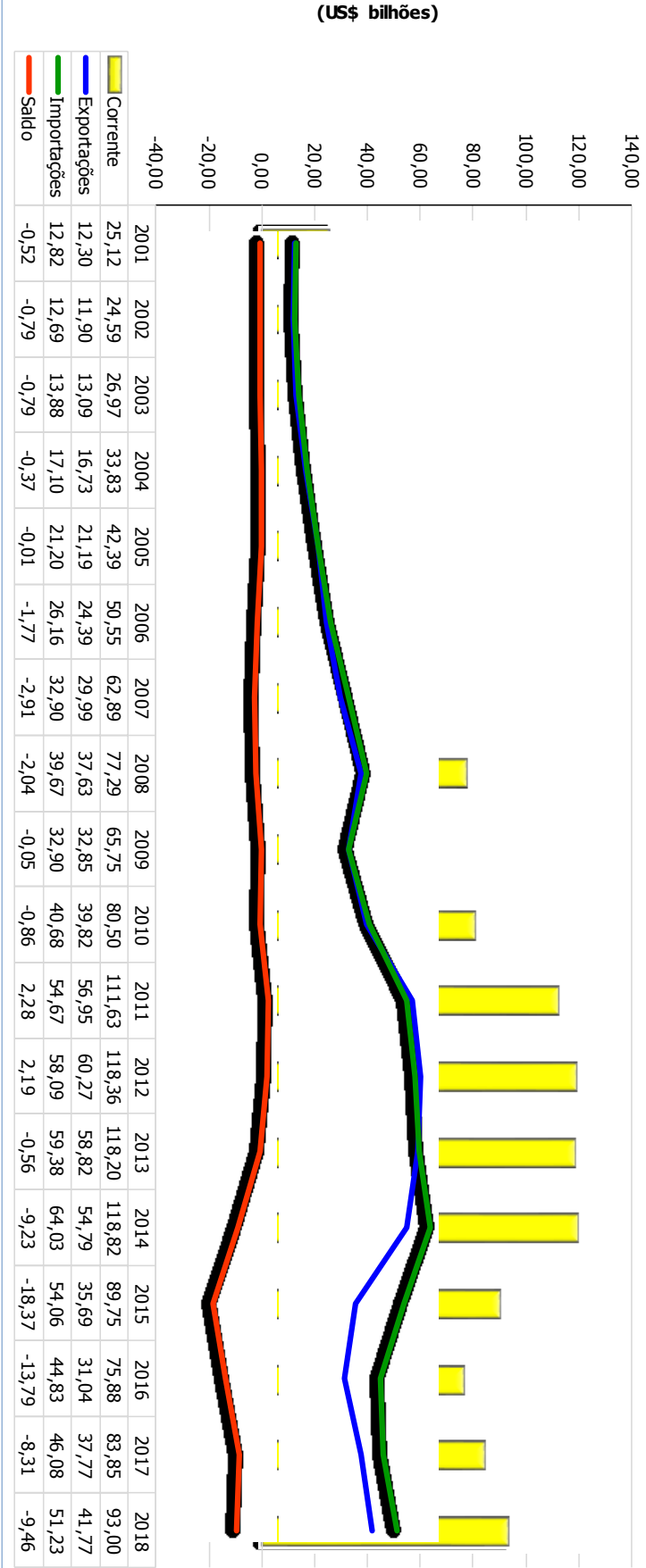
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 8 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 9 (jan-fev)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2019
Exportações					
Veículos autônomos	60,5	12,0%	110,4	22,9%	Veículos autônomos 22,9%
Máquinas mecânicas	82,5	16,3%	55,3	11,5%	Máquinas mecânicas 11,5%
Ferro ou aço	39,2	7,7%	47,7	9,9%	Ferro ou aço 9,9%
Plásticos	38,5	7,6%	35,0	7,3%	Plásticos 7,3%
Instrumentos de precisão	4,1	0,8%	31,7	6,6%	Instrumentos de precisão 6,6%
Máquinas elétricas	16,4	3,2%	17,1	3,5%	Máquinas elétricas 3,5%
Borracha	17,2	3,4%	16,4	3,4%	Borracha 3,4%
Diversos da indústria química	8,3	1,6%	14,3	3,0%	Diversos da indústria química 3,0%
Papel e cartão	11,3	2,2%	13,0	2,7%	Papel e cartão 2,7%
Preparações alimentícias	19,0	3,7%	12,4	2,6%	Preparações alimentícias 2,6%
Subtotal	296,9	58,6%	353,2	73,4%	
Outros	209,5	41,4%	128,3	26,6%	
Total	506,4	100,0%	481,5	100,0%	

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 8 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 9 (jan-fev)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2019
Importações					
Combustíveis	158,7	58,7%	120,4	49,3%	Combustíveis 49,3%
Plásticos	53,0	19,6%	65,8	26,9%	Plásticos 26,9%
Diversos da indústria química	12,6	4,7%	8,4	3,4%	Diversos da indústria química 3,4%
Papel e cartão	3,6	1,3%	4,3	1,7%	Papel e cartão 1,7%
Borracha	2,8	1,0%	3,6	1,5%	Borracha 1,5%
Químicos orgânicos	2,9	1,1%	3,6	1,5%	Químicos orgânicos 1,5%
Tecidos impregnados, revestidos ou estratificados	2,1	0,8%	3,0	1,2%	Tecidos impregnados, revestidos ou estratificados 1,2%
Vidro	1,3	0,5%	3,0	1,2%	Vidro 1,2%
Máquinas mecânicas	2,3	0,8%	2,9	1,2%	Máquinas mecânicas 1,2%
Filamentos sintéticos ou artificiais	2,0	0,7%	2,8	1,1%	Filamentos sintéticos ou artificiais 1,1%
Subtotal	241,3	89,2%	217,7	89,1%	
Outros produtos	29,4	10,8%	26,7	10,9%	
Total	270,6	100,0%	244,4	100,0%	

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Março de 2019.

Comércio Colômbia x Mundo



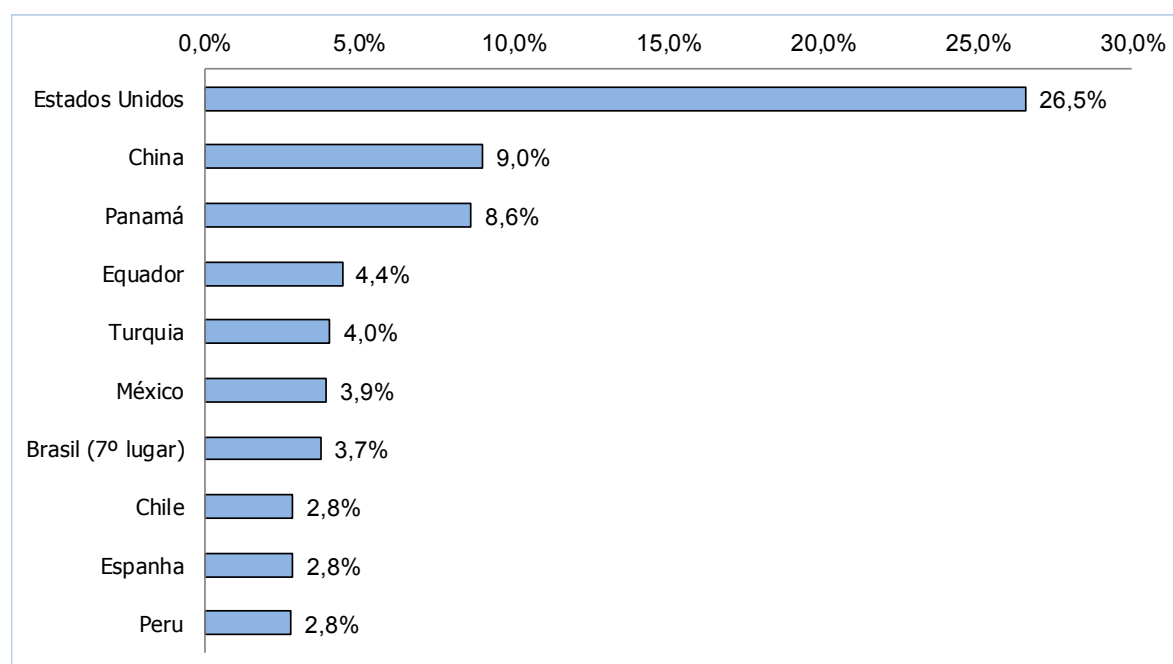
Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2019.

Principais destinos das exportações do Colômbia
US\$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
Estados Unidos	11,08	26,5%
China	3,75	9,0%
Panamá	3,60	8,6%
Equador	1,85	4,4%
Turquia	1,69	4,0%
México	1,64	3,9%
Brasil (7º lugar)	1,56	3,7%
Chile	1,19	2,8%
Espanha	1,19	2,8%
Peru	1,17	2,8%
Subtotal	30,40	72,8%
Outros países	11,37	27,2%
Total	41,77	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2019.

10 principais destinos das exportações

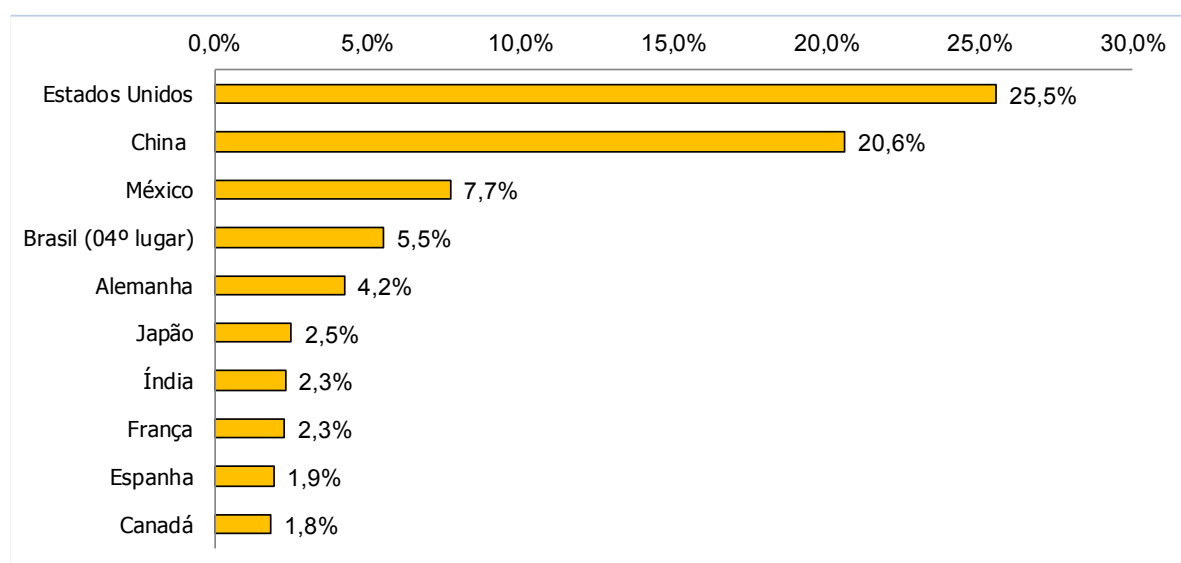


Principais origens das importações da Colômbia
US\$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
Estados Unidos	13,08	25,5%
China	10,54	20,6%
México	3,95	7,7%
Brasil (04º lugar)	2,83	5,5%
Alemanha	2,17	4,2%
Japão	1,29	2,5%
Índia	1,18	2,3%
França	1,17	2,3%
Espanha	0,99	1,9%
Canadá	0,94	1,8%
Subtotal	42,37	82,7%
Outros países	8,86	17,3%
Total	51,23	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2019.

10 principais origens das importações

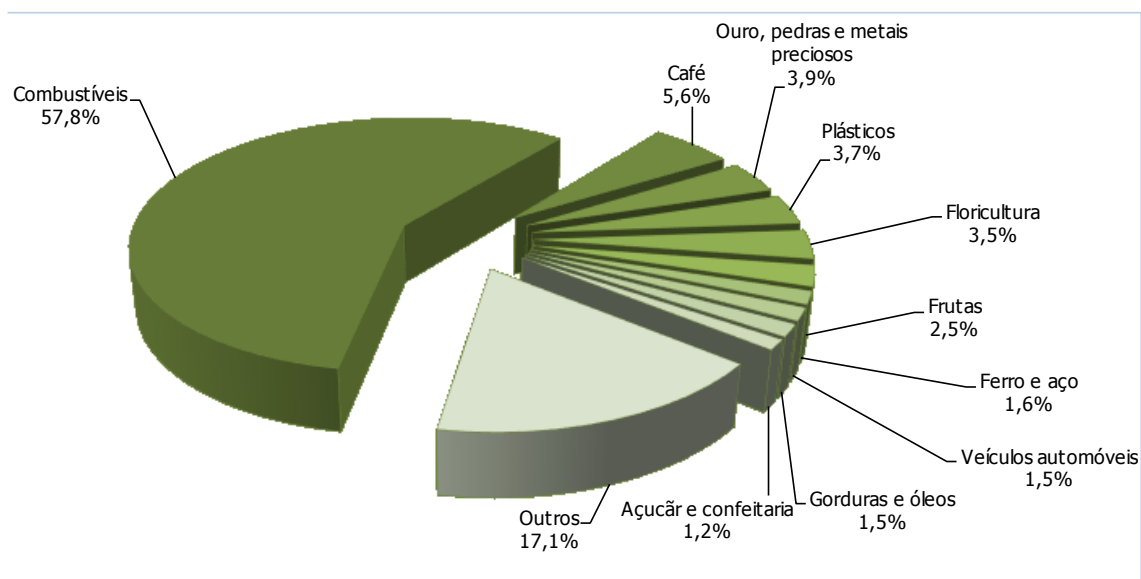


Composição das exportações da Colômbia
US\$ milhões

Grupos de Produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Combustíveis	24,16	57,8%
Café	2,35	5,6%
Ouro, pedras e metais preciosos	1,63	3,9%
Plásticos	1,53	3,7%
Floricultura	1,48	3,5%
Frutas	1,06	2,5%
Ferro e aço	0,65	1,6%
Veículos automóveis	0,65	1,5%
Gorduras e óleos	0,62	1,5%
Açúcar e confeitaria	0,52	1,2%
Subtotal	34,65	82,9%
Outros	7,12	17,1%
Total	41,77	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2019.

10 principais grupos de produtos exportados

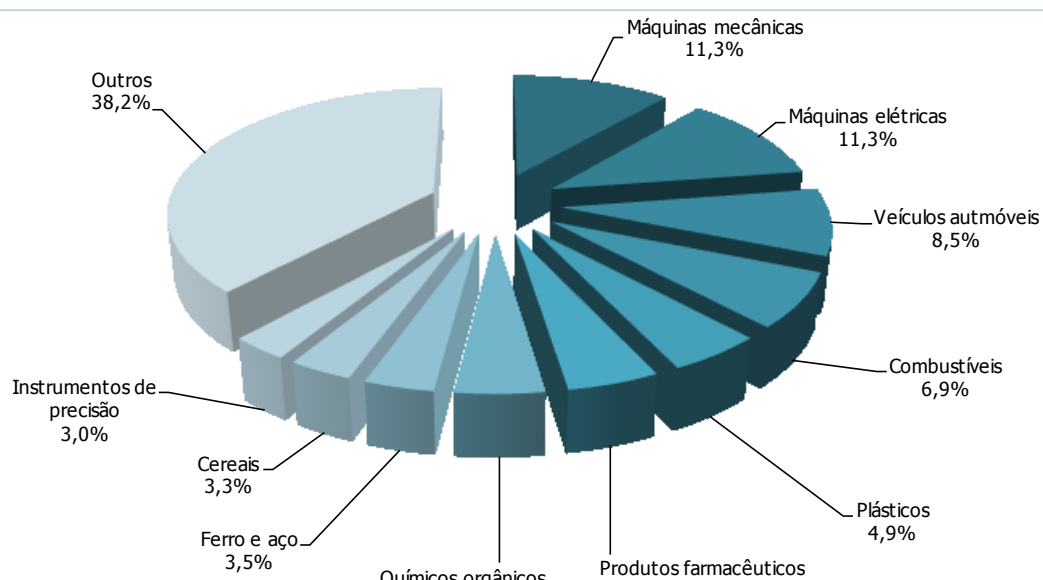


Composição das importações da Colômbia
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Máquinas mecânicas	5,81	11,3%
Máquinas elétricas	5,78	11,3%
Veículos autômóveis	4,34	8,5%
Combustíveis	3,54	6,9%
Plásticos	2,51	4,9%
Produtos farmacêuticos	2,39	4,7%
Químicos orgânicos	2,28	4,5%
Ferro e aço	1,81	3,5%
Cereais	1,67	3,3%
Instrumentos de precisão	1,52	3,0%
Subtotal	31,65	61,8%
Outros	19,58	38,2%
Total	51,23	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2019.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos da Colômbia

Indicador	2018	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	2,81%	3,59%	3,70%	3,65%	3,55%
PIB nominal (US\$ bilhões)	336,94	355,16	367,26	382,45	400,80
PIB nominal "per capita" (US\$)	6.761	7.049	7.217	7.441	7.729
PIB PPP (US\$ bilhões)	748,58	792,00	836,96	883,66	932,05
PIB PPP "per capita" (US\$)	15.021	15.720	16.448	17.193	17.973
População (milhões habitantes)	49,83	50,38	50,89	51,40	51,86
Desemprego (%)	9,20%	9,10%	9,00%	9,00%	9,00%
Inflação (%) ⁽²⁾	3,06%	2,99%	3,04%	3,04%	3,04%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-2,43%	-2,36%	-2,38%	-2,59%	-2,50%
Dívida externa (US\$ bilhões)	—	—	—	—	—
Câmbio (C\$ / US\$) ⁽²⁾	—	—	—	—	—

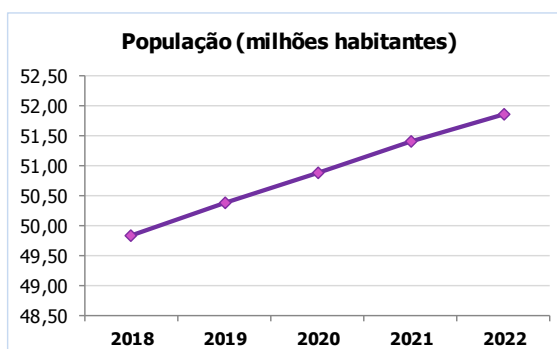
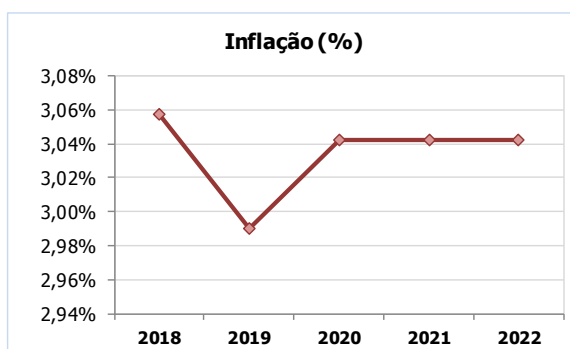
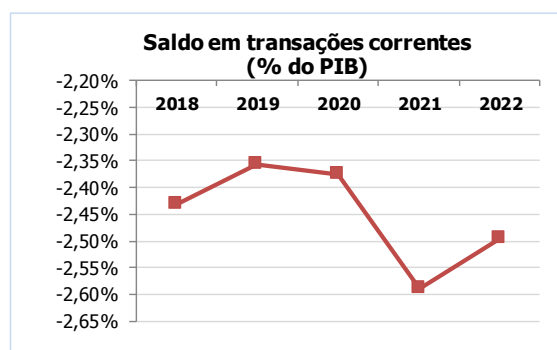
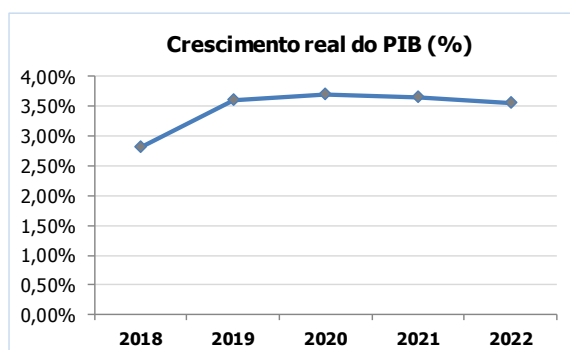
Origem do PIB (2017 Estimativa)

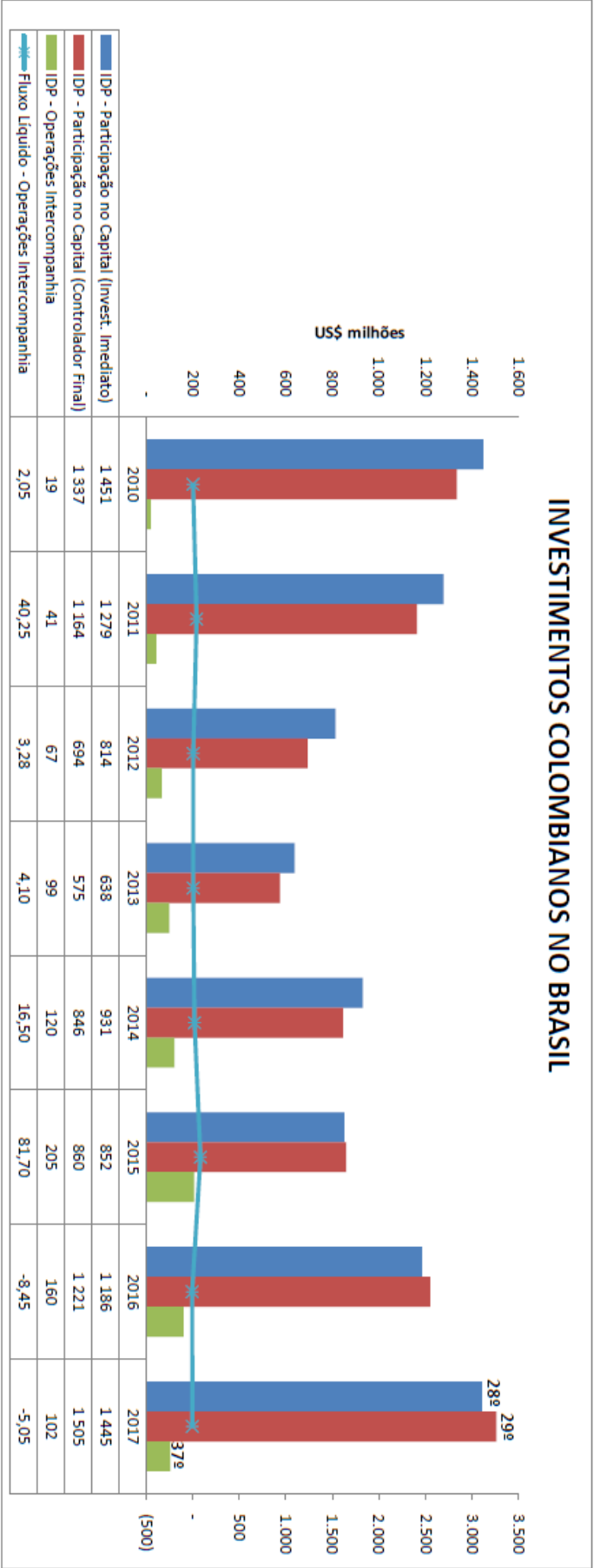
Agricultura	7,2%
Indústria	30,8%
Serviços	62,1%

Elaborado pelo MRE, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2018, da EIU e da Cia.gov/World Factbook.

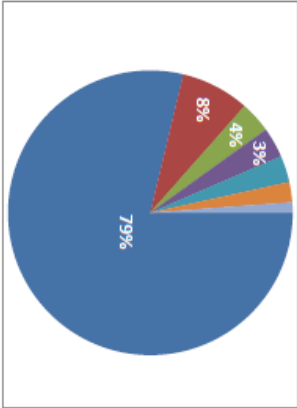
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.





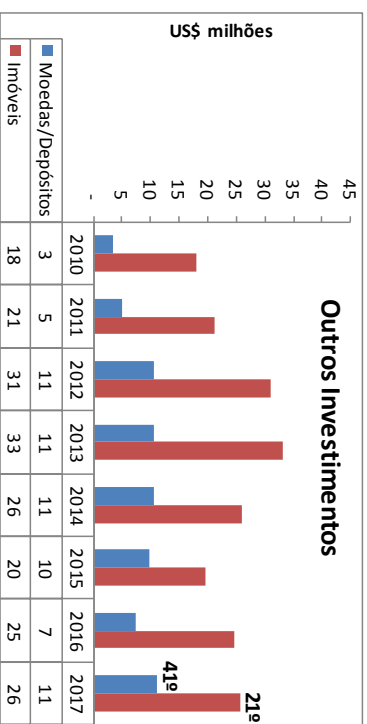
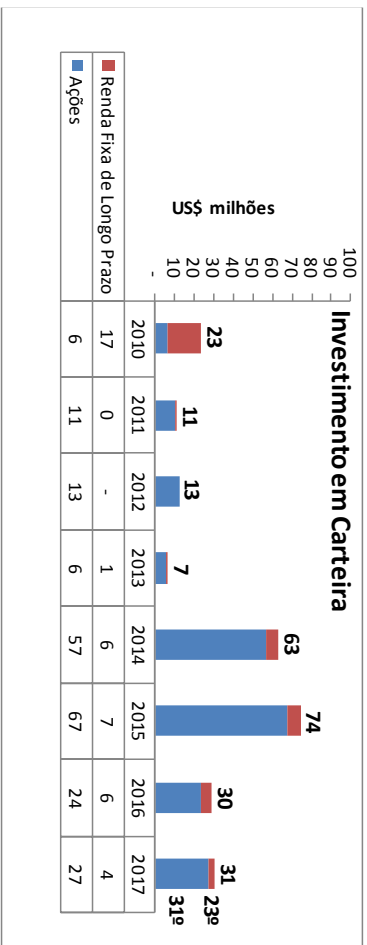
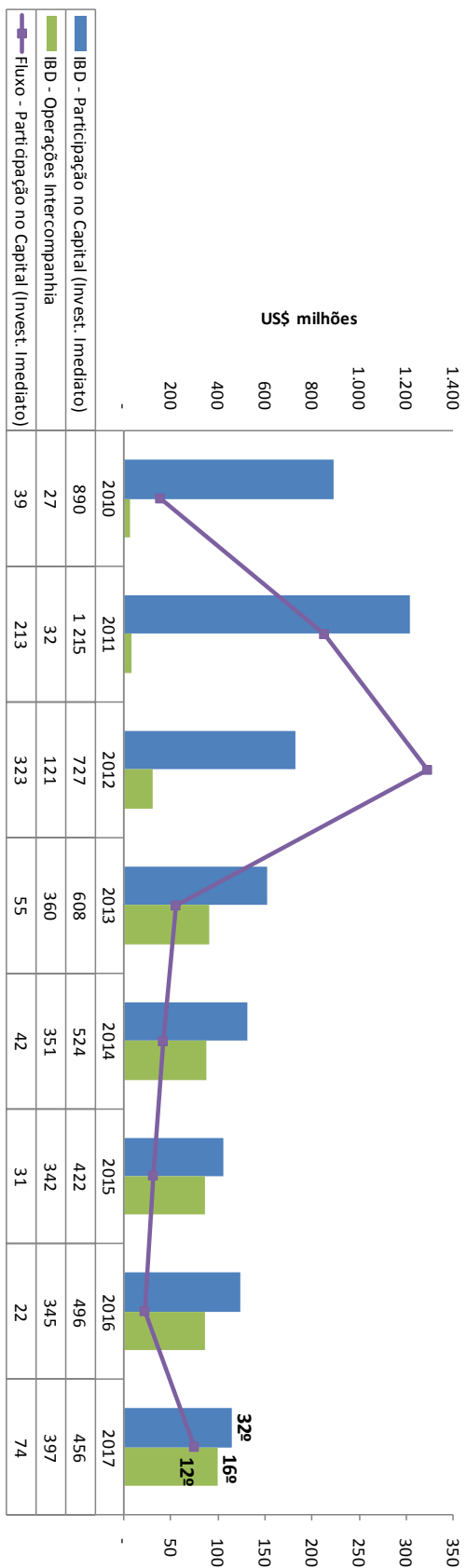
Setor de atividade econômica (Estoque 2017 - US\$ milhões)			
Eletricidade e Gás	Invest. Imediato	Control. Final	
Transporte, Armazenagem e Correio	116	117	
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	54	54	
Indústrias Extrativas	-	52	
Informação e Comunicação	46	46	
Indústrias de Transformação	26	34	
Outros	17,64	17,79	



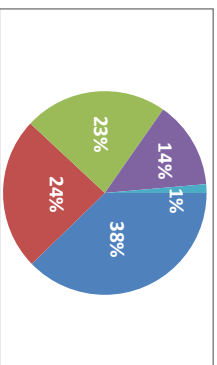
IDP - Quantidade de Investidores (>= 10% capital acionário)		
Investidor Imediato	2010	2015
Controlador Final	40	49 (37%)
	36	49 (39%)

Fontes:
Banco Central do Brasil - Censo de Capitais Estrangeiros no País (Anos-Base 2010 a 2016); Disponível em http://www.bcb.gov.br/Rev/CensoCE/port/resultados_censos.asp?idpoi=CAMBIO;
Banco Central do Brasil - Série histórica dos fluxos de balanço de pagamentos - distribuições por país ou por setor; Disponível em <http://www.bcb.gov.br/itms/infecon/SerieHistBalanco.asp?idpoi=seriespex>;
Elaboração DINV/MRE

INVESTIMENTOS BRASILEIROS NA COLÔMBIA



IBD - Setor de atividade econômica (2017 - US\$ milhões)	
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	130
Construção	83
Indústrias de Transformação	78
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal e Aquicultura	48
Outros	4,78



IBD - Quantidade de Investidores (>= 10% capital acionário)	
2010	2017
148	236 (209)

Fontes:
 Banco Central do Brasil - CBE - Capitais Brasileiros no Exterior (Anos-Base 2007 a 2017): Disponível em <https://www4.bcb.gov.br/ex/cbe/port/ResultadoCBE2017.asp?idpoi=CBE>.
 Banco Central do Brasil - Série histórica dos fluxos de balanço de pagamentos - distribuições por país ou por setor: Disponível em <http://www.bcb.gov.br/tms/infeco/SerieHistoricoBalanco.asp?idpoi=seriespex>.
 Elaboração DINV/MRE